

# ***A DESNECESSIDADE DE REGISTRO DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA***

---

**CLAUDIO VIEIRA DE MELO**

*Membro da Associação Brasileira de Advogados de Empresas de Consórcios -  
ABAEC e Advogado em São Paulo.*

As Administradoras de consórcios tem se utilizado da alienação fiduciária em garantia por ocasião da entrega do veículo ao participante contemplado.

Na transferência do veículo para o nome do consorciado, é realizado o registro no certificado de propriedade da cláusula de alienação fiduciária em favor da credora, bem como é arquivada uma cópia do Instrumento no Cartório de Títulos e Documentos, a fim de valer contra terceiros (§ 1º e § 10, art. 1º do art. 911/69).

## ***I - DA POLÊMICA ANTERIORMENTE EXISTENTE***

O § 1º, art. 1º do decreto-lei nº 911/69, que disciplina as normas sobre alienação fiduciária, estabelece que o instrumento do contrato haverá de ser arquivado no Registro de Títulos e Documentos no domicílio do credor, sob pena de não valer contra terceiros.

O § 10 do mesmo artigo, por outro lado, determina também que deve constar a alienação no certificado de registro do veículo,

segundo dispõe o art. 52 do Código Nacional de Trânsito, Para Fins Provatório.

Temos então a seguinte indagação: para prevalecer a alienação fiduciária contra terceiro que adquiriu de boa-fé o veículo, é bastante o arquivo do contrato no Cartório de Títulos e Documentos ou ainda é necessário que haja obrigatoriedade do credor exigir também o registro na repartição de trânsito?

O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula nº 489, estabeleceu que *a compra e venda de automóvel não prevalece contra terceiros de boa-fé, se o contrato não foi transcrito no registro de Títulos e Documentos.*

Esta era a orientação anteriormente seguida pela doutrina e jurisprudência de nossos Tribunais.

## **2 - A INTERPRETAÇÃO DA LEI**

Com a criação do Superior Tribunal de Justiça, após a promulgação da Constituição Federal de 5-10-88, este assunto foi debatido em sede de recursos especiais.

Por ocasião do primeiro julgamento do R.E. nº 1.774, o Exmo. Sr. Ministro Athos Carneiro, trouxe as lições de Filadelfo Azevedo, citado nos Embargos Infringentes nº 11.564, reconhecendo que *a publicidade que o Registro de Títulos e Documentos proporciona não supera os limites da ficção, pela quase impossibilidade total que terceiros têm na consulta a esses registros, para verificar a situação de determinado bem* (RSTJ 10/426).

O registro perante a autoridade de trânsito constitui o local próprio para consignar-se os dados sobre os veículos automotores, inclusive alienação fiduciária.

Pelo art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, a lei deve ser interpretada a ser aplicada com atenção *aos fins sociais a que ela se dirige e as existências do bem comum.*

A partir de abril de 1990, ficou tranqüilo o entendimento no STJ de que o contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor deve constar no certificado de propriedade do veículo, a fim de tutelar a boa-fé de terceiro adquirente, quando interpretou os §§ 1º e 10 do decreto-lei nº 911/69, estabelecendo o seguinte:

*O § 1º refere-se à alienação fiduciária dos bens em geral;*

*O § 10 é de aplicação restrita aos veículos automotores, classe de móveis para os quais existe registro especial (RSTJ 34/438).*

A alienação fiduciária de veículos deve constar no certificado expedido pela repartição competente, não se aplicando o que dispõe o § 1º que manda arquivar no Cartório de Títulos e Documentos para todos os demais bens móveis em geral, razão pela qual essa interpretação é mais coerente com a realidade dos fatos.

Aliás, é importante ressaltar que o registro nas repartições de trânsito tem muito mais condições de constituir um cadastramento, do que o registro no Cartório de Títulos e Documentos, cujo local jamais um adquirente de veículo vai proceder qualquer busca antes da compra.

Ocorreram vários julgamentos análogos no STJ depois do R.R. nº 1.774-0, tais como os de nºs 13.958-0, 19.299-0, 28.903-1 e Ag. Inst. Nº 22.669-9, cujo entendimento pacífico é o seguinte:

*Alienação fiduciária de veículo automotor. Necessidade de sua anotação no Certificado de Registro, previsto no art. 52 do Código Nacional de Trânsito. Tutela à boa-fé de terceiros adquirentes. Lei nº 4.728/65, art. 66, § 10, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 911/69.*

*A alienação fiduciária de veículo automotor não é eficaz perante terceiros, de boa-fé, se não constar do Certificado de Registro previsto no art. 52 do CNT.*

*A lei deve ser aplicada com atenção aos fins sociais a que se dirige e às exigências do bem comum. A regra do questionado § 10 apresenta-se cogente, e busca tutelar a boa-fé dos adquirentes de veículos, ante a impossibilidade prática de pesquisa nos escritórios de Títulos e Documentos do domicílio de eventuais credores fiduciários do vendedor do veículo.*

A falta de anotação do órgão de trânsito impossibilita também a apreensão do veículo em poder de terceiro que possui o bem registrado em seu nome, conforme decisão seguinte:

*Se a alienação fiduciária não estiver anotada no órgão de trânsito, o mandado de busca e apreensão, com base no art. 3º do Decreto-lei nº 911/69, deve ressaltar que o veículo não poderá ser apreendido se estiver em poder de terceiro que exiba certificado de registro em seu nome (2º TACIVIL - AI 540.316 - Rel. Juiz Dyrceu Cintra - j. 19-08-98).*

Convém frisar que, ocorrendo a eliminação do gravame de alienação fiduciária no certificado de propriedade, sem autorização da credora, constituirá Ato Doloso e Fraudulento, não podendo por isso gerar direito em favor do terceiro que adquiriu o veículo (RSTJ nº 43/485), sendo considerado ato ineficaz em relação a credora.

Diante dessas considerações, torna-se desnecessário que as administradoras de consórcios procedam o arquivamento do contrato de alienação fiduciária, perante o Cartório de Títulos e Documentos, que segundo interpretação correta da lei, *a alienação fiduciária de veículo automotor não é eficaz perante terceiros, de boa-fé, se não constar no certificado de Registro previsto no art. 52 do CNT*, nos termos da Súmula nº 92 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.